Acta Scientiarum
http://periodicos.uem.br/ojs/acta
ISSN on-line: 1807-8656
Doi: 10.4025/actascihumansoc .v41i1.43901
CC BY

Mulheres, estudo, trabalho e relações sociais de sexo

Alessandro de Melo[1*] e Ana Claudia Marochi[2]

[1]Departamento de Pedagogia, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Rua Pe. Salvatore Renna, 875, 85015-430, Guarapuava, Paraná, Brasil. [2]Instituto Federal do Paraná, Irati, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: alessandrodemelo2006@hotmail.com

RESUMO. Este artigo tem por objetivo analisar os sentidos dos usos do tempo de trabalho, estudo e cuidados das trabalhadoras/estudantes do CEEBJA, na cidade de Irati, Paraná, perpassadas por relações sociais de sexo. Trata-se dos resultados de uma dissertação de mestrado, na qual foram utilizadas metodologias quantitativas e qualitativas, com aplicação de questionários e entrevistas. Como pressuposto metodológico da pesquisa utilizou-se a teoria social de Marx e sua contribuição em relação ao conceito de trabalho, bem como da categoria de totalidade, compreendida como o complexo das relações sociais entendidas em suas determinações e correlações, dinâmicas e contradições e que o sexo, assim como raça/etnia e classe são determinantes no uso destes tempos.

Palavras-chave: usos do tempo; relações sociais de sexo; trabalho e educação.

Women, study, work and social relations of sex

ABSTRACT. This article aims to analyze the meanings of the working time, study and care practices of the female workers of CEEBJA, in the city of Irati, Paraná state, permeated by social relations of sex. These are the results of a master's thesis, in which quantitative and qualitative methodologies were used, with the application of questionnaires and interviews. As a methodological presupposition of the research, we used Marx's social theory and its contribution in relation to the concept of work, as well as the category of totality, understood as the complex of social relations understood in its determinations and correlations, dynamics and contradictions. Sex, as well as race/ethnicity and class are determinants in the use of these times.

Keywords: uses of time; social relations of sex; work and education.

Received on July 29, 2018.
Accepted on January 14, 2019.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os sentidos dos usos do tempo e da escolarização a partir das percepções das trabalhadoras estudantes no CEEBJA da cidade de Irati, Paraná, por meio dos relatos e vivências apresentadas tanto na forma de questionários aplicados para 95 mulheres quanto nas 7 entrevistas realizadas com as trabalhadoras/estudantes, nas quais se investigou as relações sociais de sexo existentes e sua relação com estes tempos de vida. As mulheres sujeitas desta pesquisa têm em comum o fato de trabalharem de forma assalariada e/ou como cuidadoras de suas casas e famílias, vivenciando, portanto, a carga maior de trabalho que caracteriza as relações sociais de sexo na sociedade capitalista e patriarcal. A sobrecarga de trabalho que atinge as mulheres não significa apenas sobrecarga quantitativa, mas uma sobrecarga discriminatória, já que boa parte dos trabalhos realizados, predominantemente por mulheres, não são pagos ou reconhecidos socialmente como trabalhos e que, aqui, denominamos de 'cuidados'. Embora a literatura sobre feminismo ou trabalho e relações sociais de sexo, no Brasil, não traga esta categoria, internacionalmente, já é fartamente reconhecida e debatida esta fatia do trabalho feminino não pago, os cuidados, inclusive como crítica da teoria marxista do valor (Carrasco, 2011; Orozco, 2006a e b). Desta forma, as mediações metodológicas utilizadas partiram da clássica assertiva marxiana sobre a necessidade e da possibilidade de se conhecer a realidade em sua dinâmica e contradições, resultante dos movimentos sociais reais. Utilizamos, também, técnicas de pesquisa que procuraram evidenciar, a partir de entrevistas aprofundadas, como as suas vidas concretas são, de certa forma, sínteses que nos auxiliam a compreender como a sociedade capitalista se materializa como sociedade patriarcal e, logo, discriminatória em relação ao sexo feminino.

Na primeira parte, abordamos, ainda que de maneira sucinta, relações históricas entre o capitalismo e a exploração da mulher. Na segunda parte, tratamos, brevemente, de como, na contemporaneidade, a precarização do trabalho afeta mais agudamente as mulheres. Na terceira parte, trazemos algumas contribuições do campo da Economia dos Cuidados. Na quarta parte, apresentamos os resultados da pesquisa empírica.

A introdução das mulheres como força de trabalho

Tanto na vida privada (familiar) quanto na vida pública (espaços de desenvolvimento da sua atividade laboral), a mulher tem sofrido processos de inferiorização e subordinação na lógica capitalista e patriarcal, o qual teve sua forma acentuada com o advento da maquinaria.

Com o incremento da máquina ao modo de produção, na fase denominada maquinaria, a exploração do trabalho da mulher se acentua, pois, além de ser responsável pelo trabalho doméstico e cuidado com os filhos, é introduzida no sistema capitalista como mão de obra barata, não somente ela, mas toda a família, inclusive os filhos.

A fase de desenvolvimento do sistema capitalista que Marx (2011) denominou de maquinaria foi a etapa em que a produção passou a ser vista como forma de incremento do capital. O capitalista, além de contar com a força de trabalho do operário, conta também com a força do instrumento que garante a produção em menor tempo com o uso de uma quantidade menor de trabalhadores/trabalhadoras, tornando-o um apêndice da máquina.

Com o objetivo de ganhar mais sobre a mercadoria produzida, o capital passa a explorar não somente a força de trabalho do homem, mas também da mulher e das crianças. A família inteira pode, agora, ser utilizada neste processo, uma vez que, com a inserção da máquina, o trabalho se tornou 'mais leve' e capaz de ser realizado por mulheres e crianças, ou seja, "[...] tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis" (Marx, 2011, p. 451).

Assim como na maquinaria, o trabalho feminino, hoje, é utilizado em formas de subempregos, precarizados e terceirizados. Tanto Marx (2011) quanto Saffioti (2013) admitem e trazem, nos seus estudos, a relação de exploração-opressão da mulher pelo sistema capitalista. Para os autores, a primeira forma de exploração-opressão da mulher ocorreu exatamente no seio familial. A mulher, vista pelo capitalista e pelo próprio marido como uma força a mais no processo de produção, foi introduzida na roda do capital como força de trabalho importante para o desenvolvimento capitalista (Saffioti, 2013).

O aproveitamento da força de trabalho feminino traz para a discussão questões bem mais aprofundadas que o simples incremento das mulheres no sistema capitalista no sentido de um maior aproveitamento das horas de trabalho. Traz à tona algo muito mais cruel e aviltante: as mulheres como um dos polos desta relação mais facilmente manipulável e explorável.

Do ponto de vista da organização da família, a saída da mulher trouxe prejuízos grandiosos, tanto para a relação homem/mulher quanto para a relação mãe/filho. A introdução das mulheres nas fábricas exigiu delas uma dedicação que, até então, não era contabilizada nas horas do seu dia. A fábrica exigia que ela trabalhasse por horas e dias seguidos e restava-lhe somente algumas horas durante o turno de trabalho para a dedicação aos filhos.

Marx (2011) relata sobre o sofrimento causado aos filhos das trabalhadoras durante a fase mais cruel da maquinaria, quando estas mulheres tinham que trabalhar por horas nas fábricas sem tempo para a amamentação e cuidado com as crianças. Dados da época demonstram que:

> A imensa mortalidade dos filhos de trabalhadores, nos primeiros anos de vida. [...] conforme demonstrou uma investigação médica oficial de 1861, pondo-se de lado circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente de trabalharem as mães fora de casa. Daí resulta serem as crianças abandonadas e malcuidadas. Esse desleixo se revela na alimentação inadequada ou insuficiente e no emprego de narcóticos; além disto, as mães, desnaturadamente, se tornam estranhas a seus próprios filhos e, intencionalmente, os deixam morrer de fome ou os envenenam (Marx, 2011, p. 455).

Por outro lado, a manutenção da sociedade capitalista depende, sobremaneira, do trabalho feminino. Se a sua inserção, neste processo, nada tem a ver com a realização pessoal por meio do trabalho, mas com o fato do capitalista almejar lucros maiores através da exploração da mais-valia relativa e absoluta, garantir a entrada e permanência no mercado de trabalho é garantir a própria reprodução da sociedade capitalista. Uma vez ocupada com as atividades na fábrica, a mulher deixa de realizar atividades dentro de casa, tais

como: o concerto de roupas, preparar o alimento e lavar as roupas da família, o que exigirá a compra destes serviços e o capitalista pode incrementar a venda dos seus produtos também nesta parcela da população.

> A sociedade, enquanto sociedade capitalista exige não de modo uniforme e institucionalizado, mas periodicamente, certos trabalhos femininos [...]. Mesmo que se pensem as atividades que tradicionalmente vêm sendo exercidas pelas mulheres como passíveis de execução por parte de outras categorias sociais subprevilegiadas, a sociedade necessita do trabalho feminino cujos rendimentos são imprescindíveis para a sua sobrevivência. Trata-se aqui de uma sobrevivência da própria sociedade por dois motivos: primeiro, porque o equilíbrio da sociedade é incompatível com a generalização dos problemas sociais e seus efeitos dismônicos; segundo, porque as mulheres constituem metade da humanidade, sendo, pois, mesmo que se atente apenas para a sua condição de reprodutoras, imprescindível à conservação da sociedade (Saffioti, 2013, p. 60).

Apesar de toda a argumentação trazida nos estudos referente à entrada da mulher na sociedade capitalista, ao colocar como fator determinante o lucro por meio do capitalista, suas razões se alteraram ou pelo menos se alargaram. Como bem lembrado por Saffioti (2013), nas sociedades pré-capitalistas nas quais o objetivo maior não era a obtenção de lucro, a mulher já trabalhava. Segundo a autora, a mulher, ao adentrar na fábrica como força de trabalho barata e explorada, garante ao capitalista não somente lucros, mas o incremento de atividades fora de casa que antes eram realizadas pelas mulheres.

Trabalho, relações sociais de sexo e precarização

O trabalho, no capitalismo, é e sempre foi um trabalho estranhado, no sentido de que a produção de mercadorias atende aos objetivos propostos pelo capital que, para serem alcançados, conta com a exploração da força de trabalho de trabalhadores/trabalhadoras. Na sua exposição sobre o tema, Marx (2011) aponta que uma das consequências da implantação das máquinas, nas fábricas, foi a possibilidade de introduzir como força de trabalho não somente o trabalhador homem, mas toda a família, ou seja, mulheres e crianças. Portanto, no recorte temporal que se pretende realizar, a entrada das mulheres na fábrica capitalista foi possibilitada pelo avanço tecnológico, já que a maquinaria prescinde da força física e de uma formação específica. A contratação de famílias inteiras foi bastante benéfica para os capitalistas, até que as leis inglesas passaram a proibir o trabalho infantil (Marx, 2011).

Como resultado imediato deste emprego discriminado, houve o aumento expressivo de mortalidade infantil que chegou, na cidade de Manchester, a 26.125 mortos por 100 mil habitantes, no ano de 1861, sendo que este número expressivo estava diretamente ligado a entrada das mulheres nas fábricas (Marx, 2011). Portanto, podemos dizer que, desde o início do emprego capitalista da força de trabalho feminina, esta se deparou com a problemática dos cuidados com a família e o tempo necessário para isso sempre esteve em rota de colisão com o trabalho assalariado a ser realizado fora do espaço doméstico. E, ainda, se existe, de fato, algo estrutural na relação entre trabalho e relações sociais de sexo, raça/etnia e classe, no capitalismo, é esta situação que afeta as mulheres e obriga-as a ter, cotidianamente, jornadas de trabalho muito mais longas que os homens (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2016).

Em geral, como traços marcantes do mundo do trabalho contemporâneo, podemos listar uma série de características de precarização do trabalho que afetam, indiscriminadamente, a todos os trabalhadores e trabalhadoras: produção flexível e aumento da carga de trabalho/produtividade, sem a consequente remuneração; a forte concorrência e os afluxos de empresas para países que, reconhecidamente, pagam mais barato pela força de trabalho; as inovações tecnológicas que permitem a redução de postos de trabalho e que não são repostos na mesma quantidade ou qualidade; avanço sobre as subjetividades da classe trabalhadora e mudanças nas formas de sociabilidade, com a consequente mentalidade competitiva que media as relações sociais e interpessoais; globalização do trabalho barato; arranjos produtivos locais, com a combinação de trabalhos formais e informais na cadeia produtiva, sendo estes últimos cada vez mais ampliados; terceirização e ampliação do trabalho autônomo, fenômeno conhecido como 'pejotização'; as varias formas de extensão da jornada de trabalho, tais como o banco de horas, as horas extras, trabalhos aos domingos, trabalho combinado com estudos etc.; perseverança do trabalho em domicílio; cooperativas de trabalho fraudulentas; formas de contratos precários de tempo parcial, por tempo determinado, por projeto etc.; pressão por produtividade ou metas, assédio moral e sexual e doenças do trabalho.

Podemos afirmar que as cadeias mais precarizadas de trabalho se baseiam no trabalho feminino, como é o caso das cadeias da confecção (Guiraldelli, 2016) e as empresas microeletrônicas, que são dois casos clássicos da literatura, mas não são os únicos.

A evolução do mundo do trabalho não trouxe uma mudança substancial na relação da jornada de trabalho da mulher com as outras esferas de trabalho doméstico e dos estudos. A OIT (2016) aponta que as mulheres trabalham muito mais que os homens em tarefas domésticas não remuneradas. "As mulheres realizam, em média, pelo menos duas vezes e meia mais tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados do que os homens (nos países com dados disponíveis)" (OIT, 2016, p. 7). Este dado reafirma que a sobrejornada, para as mulheres, continua presente nas relações sociais capitalistas e, segundo compreendemos, este é um fato estruturante deste sistema que é intrinsecamente patriarcal e, portanto, os papéis familiares, na divisão do trabalho doméstico, sobrecarregam mais as mulheres.

Outro fato de precarização do trabalho feminino é a disparidade salarial em relação aos homens. Apesar de serem a maioria da população, em idade para trabalhar, as mulheres ocupam, de fato, menos postos de trabalho que os homens em todas as regiões do país. Para a população com 14 anos ou mais de idade, 65,4% da população ocupada são homens e 44,8% são mulheres, segundo dados do segundo trimestre de 2016 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016, p. 17) e, ainda, as mulheres ganhavam, em 2014, em média 74,5% do que ganhavam os homens (IBGE, 2014).

Portanto, para finalizar, se a precariedade é uma condição do trabalho sob o capitalismo, não se pode esquecer que a precarização atinge de forma mais aguda as mulheres, o que, segundo pensamos, é reflexo do tronco patriarcal que baseia a sociabilidade do capital.

A invisibilização dos cuidados como trabalho

A invisibilidade do trabalho realizado em casa, também denominado de trabalho reprodutivo, é uma categoria não contabilizada como forma produtiva na economia. Torna-se secundário dentro da lógica capitalista, retrata uma desqualificação do trabalho doméstico e a inferiorização da mulher, uma vez que estas atividades laborais, chamadas de cuidados, são realizadas, em sua grande maioria, por mulheres. Orozco (2006a, p. 10, grifos da autora), define cuidados como:

> A gestão e a manutenção cotidianas da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida. Apresenta uma dupla dimensão 'material', corporal – realizar tarefas concretas com resultados tangíveis, atender o corpo e suas necessidades fisiológicas – e 'imaterial', afetivo-relacional – relativa ao bem-estar emocional.

Os cuidados, como bem colocado pela autora, reúne um conjunto de afazeres, historicamente, denominados femininos. A manutenção da vida, da saúde e das relações afeto-emocionais demonstram que o cerne da desigualdade nos trabalhos domésticos tem sua origem na organização social patriarcal, a qual tem como suporte estrutural a relação de dominação exercida pelo homem a partir da consolidação da propriedade privada e que, a partir desta relação de dominação, se estabelece, também, uma relação de exploração da mulher como objeto no sentido da apropriação do seu corpo, da sua força de trabalho e da condição de procriadora (Cisne, 2014).

O cuidado com a família e a realização das tarefas domésticas, na quase totalidade pelas mulheres, revela uma organização de sociedade com grandes e profundas desigualdades de sexo. Enquanto que para os homens cabe o trabalho produtivo, para as mulheres sobra o trabalho precarizado e doméstico.

Historicamente, a economia política toma como princípio a valorização apenas da produção de mercadorias e denomina os demais trabalhos como trabalhos 'não produtivos' dentre os quais se encontram, majoritariamente, trabalhos femininos: cuidados da casa, de cocção de alimentos, de acompanhamento a familiares doentes e o acompanhamento e educação cotidiana dos filhos, entre outras atividades que não são assalariadas e, logo, invisibilizadas pela economia política clássica (Orozco, 2006a).

O patriarcado, que é um dos fundamentos do sistema capitalista, baseia este processo de discriminação do trabalho feminino e deixa-o à margem da valorização social, sem direitos e garantias e, ademais, é uma situação que reproduz a dependência econômica das mulheres que, apesar de desempenhar trabalhos fundamentais para a reprodução da vida social, nada ganham por ele e não encontram, nestes trabalhos de cuidados, uma forma de emancipação. Em acordo, Herrero (2015, p. 150) afirma que:

> Nas sociedades patriarcais, quem vem se ocupando do trabalho e atenção e cuidado dos corpos vulneráveis são majoritariamente as mulheres, não porque sejam essencialmente melhor constituídas para isto, mas sim porque esse é o papel que impõem a divisão sexual do trabalho. E realizam este trabalho no espaço privado e invisível dos lares, regido pela lógica patriarcal da instituição familiar. No espaço visível da economia ocultam-se e desvalorizam os tempos necessários para a reprodução social cotidiana.

A perspectiva da economia feminista, portanto, é trazer à visibilidade formas de luta política em lugares e com sujeitos que sempre foram deixados à margem na consideração dos 'sujeitos revolucionários' típicos das concepções comunistas tradicionais, as quais ou desconsideravam as mulheres ou sempre as tinham como elemento secundário, cujo papel era apoiar as lutas dos operários. Trata-se, enfim, de valorizar cuidados que garantem a vida, compreender o que é o trabalho de forma estendida e que questiona o modo de vida típico da sociedade capitalista, a qual joga nas sombras sofrimento e marginalização, especialmente as mulheres que são as que produzem e reproduzem cotidianamente a vida. Pensamos, portanto, a economia para além do binômio 'atividades econômicas capitalistas e não capitalistas', em superação da falsa dualidade entre quem cuida e quem é cuidado (ativo/passivo).

Pesquisas realizadas por autores como Bruschini (1990) e Jellin (1995) revelam que as desigualdades, dentro dos lares, nas distribuições das tarefas domésticas cotidianas, estão relacionadas a conflitos vividos pelas mulheres para a manutenção do trabalho remunerado, dentro da lógica capitalista. Conflitos estes que acentuam as assimetrias das relações sociais de sexo nas formas de organização familiar, pois a realização do trabalho produtivo fica prejudicada pela sobrecarga e divisão desigual do trabalho reprodutivo.

Além das constatações já apresentadas pelos autores, nossa pesquisa aponta para que a entrada das mulheres no mundo produtivo não diminuiu a sua carga de trabalho reprodutivo, que não houve uma distribuição mais igualitária das tarefas domésticas e que esta sobrecarga de atividades interfere em outras atividades fora do lar, como nos estudos e trabalho.

A pesquisa: a tripla jornada e as formas concretas da desigualdade

A pesquisa sobre o uso dos tempos de trabalho, escolarização e cuidados pelas trabalhadoras/estudantes do CEEBJA–Irati teve como sujeitos as estudantes do ano de 2015/2016 que estavam matriculadas em uma ou mais disciplinas, sendo que a aplicação do questionário aconteceu durante uma semana nos três turnos de funcionamento da escola e, posteriormente, as entrevistas com as 7 mulheres.

Como a pretensão não era um relato de vida, mas compreender como estas trabalhadoras/estudantes organizam seus tempos entre o trabalho, a escola e o cuidado com a casa e familiares, foi elaborado um texto inicial para uma primeira abordagem, sendo que cada uma das entrevistadas pôde relatar, livremente, outras vivências. Nos relatos das 'Marias'[1], além das questões sobre os usos do tempo, outros temas apareceram e deram outros contornos diferentes do inicialmente proposto: questões como a importância da família e como esta instituição influenciou nas tomadas de decisões na vida destas mulheres, as diversas formas de violências sofridas por elas e que deixaram marcas profundas e a resiliência como forma de superação das dificuldades enfrentadas.

Apesar da pesquisa desenvolvida para este trabalho contar com dados estatísticos tanto de órgãos oficiais como empíricos, o grande esforço empenhado foi na escuta, através das categorias de análise, das vozes das sete mulheres que confiaram seus relatos. Nas palavras de Souza-Lobo (1991, p. 73): "O objetivo desta comunicação é refletir sobre a experiência a partir de suas histórias de vida". No nosso caso, o objetivo foi conhecer e refletir sobre as histórias das 'Marias' por meio de seus relatos, de sua vida tal como elas a vivenciaram e contaram. Portanto, o estudo foi organizado com base nas experiências, respostas ao cotidiano e itinerários individuais destas mulheres, organizados em três eixos: o tempo de trabalho, o tempo de estudos e o tempo dos cuidados. Mais uma vez, inspiramo-nos em Souza-Lobo (1991, p. 74), ou seja, "[...] estabelecer uma relação entre experiências e destino, entre as respostas dadas aos conhecimentos vivenciados e as representações [...] sobre si mesmas, suas vidas e sobre as mulheres". Assim, a grande preocupação foi em dar vida aos relatos destas mulheres e deixar que suas próprias falas ditassem o tom e conduzissem a escrita ou, como diz um título autobiográfico de García Márquez em seu livro *Viver para Contar* (2003), como elas contaram o que viveram.

Os resultados da pesquisa

A pesquisa empírica foi desenvolvida com 95 trabalhadoras/estudantes do CEEBJA–Irati, escolhidas, aleatoriamente, durante uma semana de visitas à escola nos três turnos de funcionamento. Esta escolha

[1] Denominamos, de forma aleatória, as nossas sete entrevistadas de 'Marias' e cada uma foi identificada, também de forma aleatória, por um segundo nome. Mesmo que este nome tenha um apelo religioso muito significativo num país com expressão do catolicismo, religião oriunda da colonização, como o Brasil, adotamos este nome como forma de representar as diversas mulheres com as mesmas características materiais que nossas entrevistadas, dado que este nome carrega socialmente uma carga de gênero muito forte e, portanto, representa os percursos da vida destas mulheres.

aleatória delineou perfis de mulheres diferentes e com vivências muito particulares que serão explicitadas nas próximas páginas.

Das mulheres que responderam o questionário, 82% possuem idade entre 15 e 40 anos e somente 3% se declaram com 50 anos ou mais. São, na grande maioria, oriundas dos bairros da cidade, sendo que 71% das entrevistadas possuem casa própria, 25% moram em casa alugada, 1% em casa cedida e as demais não declararam. Em relação à composição familiar, quase metade informaram que vivem em uma união estável, 60% declararam que sua família é composta de uma a três pessoas, inclusive a própria entrevistada, sendo que a maioria possui um ou dois filhos.

O perfil etário das entrevistadas demonstra e reforça os dados da cidade de Irati em relação à distorção idade/série que apresenta para o Ensino Médio uma taxa de 16% contra somente 9% do Ensino Fundamental, visto que o CEEBJA–Irati atende justamente este público que, por algum motivo, deixou de frequentar a escola na idade esperada e que agora retoma os estudos.

Em relação à situação laboral, mais da metade das mulheres que responderam ao questionário estão empregadas e a renda familiar gira em torno de dois salários mínimos. Quando perguntadas sobre quantas pessoas contribuíam para a renda familiar, 41 responderam que somente mais uma pessoa contribui além da própria entrevistada e 8 delas responderam que são as únicas responsáveis pelo sustento da casa.

A grande maioria das mulheres desenvolve suas atividades laborais no setor de serviços e doméstico, sendo que uma parcela muito pequena está no setor industrial. Outra constatação diz respeito ao fato de que a exigência de formação é muito pequena. As trabalhadoras/estudantes apontaram que a exigência de escolarização para exercerem a função dentro da atividade de trabalho é somente o ensino médio ou não exige formação alguma, apesar de a maioria apontar que as empresas incentivam aos estudos com flexibilização de horário e de horas trabalhadas diariamente.

Estes dados corroboram as respostas apontadas pelas participantes e demonstram o que autores como Saffioti (2013), Antunes (2009, 2011), Abreu, Hirata e Lombardi (2016) e Costa, Sorj, Bruschini e Hirata (2008) trazem em seus estudos: os postos de trabalho mais precarizados e com baixos salários estão no setor de serviços e são ocupados, principalmente, por mulheres. Além disto, cabe ainda uma observação muito pertinente para este trabalho, a questão do trabalho doméstico.

Segundo o levantamento realizado, 40% das trabalhadoras/estudantes do CEEBJA–Irati desenvolvem algum tipo de trabalho doméstico. Nesta porcentagem, estão incluídos trabalhos domésticos em casa ou fora dela, além de 3% desenvolverem atividade de cuidadora. Número significativo de mulheres contribuem com a economia dos cuidados, seja ela nos afazeres domésticos ou zelo de pessoas. Podemos, ainda, incluir, neste rol de atividades, os cuidados com os filhos que não são contabilizados por elas como uma atividade de cuidado.

As questões pertinentes à organização do tempo de trabalho, em relação aos demais tempos, demonstram que as mulheres têm uma jornada de trabalho bem pesada durante cinco ou seis dias da semana, com 8h diárias, além das atividades que precisam realizar em casa.

Quando perguntadas sobre a carga horária de trabalho e a disposição para realizar outras atividades, 47 declaram que se sentem cansadas e a principal queixa é o cansaço físico. Em relação às horas de trabalho extra, as que precisam trabalhar a mais do que a jornada normal diária, a maioria declarou que não há prejuízo para os estudos e que consegue se organizar, porém, 9 delas responderam que abandonaram os estudos por conta das horas extras de trabalho.

Quanto ao nível de escolaridade, 55 das entrevistadas cursam o Ensino Médio, enquanto 25 cursam o Ensino Fundamental e as demais não responderam, sendo que a maioria abandonou os estudos pelo menos uma vez. Os dados revelam que o tempo dedicado aos estudos é sempre o primeiro a ser prejudicado frente a momentos de decisão sobre outras prioridades. As demais atividades, trabalho e cuidados, acabam por determinar o percurso escolar destas mulheres.

Na pergunta referente aos motivos, as participantes podiam escolher uma ou mais das afirmações já especificadas no questionário ou ainda poderiam colocar outros motivos. A maioria delas, ou seja, 58 mulheres, apontaram que o motivo do abandono da escola estava relacionado com os cuidados. A segunda resposta que mais mobilizou as mulheres foram as questões pessoais, seguidas por motivos relativos à escola e, por último, ao trabalho.

A relação destas trabalhadoras/estudantes com os estudos é muito particular e mostra a realidade de muitas mulheres que são obrigadas a abandonar ou adiar a sua escolarização, o que repercute em toda vida

profissional e até mesmo pessoal. Para elas, os estudos têm representações diversas que vão desde a valorização no trabalho até o empoderamento das mulheres.

Outro dado importante trazido pelas respostas das mulheres foi a questão do tempo disponível para a realização das atividades escolares e quais motivos contribuem, hoje, para a frequência às aulas. A maioria apontou que a maior dificuldade, atualmente, são os cuidados com a casa e a família, seguido da sobrecarga de atividades no trabalho, tempo afastado dos estudos e a distância entre trabalho, escola e casa.

Em relação ao cumprimento das atividades escolares e o tempo dispensado para tais atividades, em média, elas dispõem de pouquíssimo tempo, não maior que uma hora por dia, sendo que a maioria realiza as atividades na própria escola ou à noite, assim que retornam para casa. Estes dados nos colocam a necessidade, minimamente, da discussão sobre como são realizados os estudos nesta modalidade de ensino, o que, porém, não é o objetivo deste trabalho.

Ao serem indagadas sobre o tempo dos cuidados e, neste item, incluímos cuidados pessoais, com a casa e com os demais membros da família, as trabalhadoras/estudantes deixaram claro que durante as vinte quatro horas do dia, sobra quase nenhum tempo para os cuidados próprios. As atividades desenvolvidas na tripla jornada de trabalho, estudos e cuidados tomam um tempo significativo da vida destas mulheres e, muitas, apesar da grande importância que a família tem, gostariam de ter mais tempo para elas.

Os dados revelam que 72% das participantes acordam entre cinco e oito da manhã, sendo que 38% delas gastam, no máximo, de uma a duas horas diárias com cuidados pessoais. Muitas declararam que estes cuidados não passam de um simples banho e da higiene pessoal como escovar os dentes e pentear os cabelos. Indicaram também que não sobra tempo para ler um livro ou assistir a um programa de televisão de sua preferência.

Segundo dados da OIT (2016, p.7), as "[...] mulheres realizam, em média, pelo menos duas vezes e meia mais tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados do que os homens". Ainda segundo o mesmo documento, as mulheres que trabalham fora, seja por conta própria ou de outrem, possuem dias de trabalhos mais longos. Nos países em desenvolvimento, caso do Brasil, as mulheres trabalham, em média, 73 minutos a mais que os homens, ou seja:

> [...] mesmo quando estão empregadas, continuam a realizar a maior parte das tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados, o que limita a possibilidade de aumentar o número de horas trabalhadas no trabalho remunerado, formal e no trabalho por conta de outrem e remunerado (OIT, 2016, p. 7).

Outro dado que vem corroborar com o pensamento dos/as autores/as citados/as e com os dados da nossa pesquisa dizem respeito aos demais membros da família e a ajuda que estes prestam na hora da divisão do trabalho doméstico. Ao serem perguntadas sobre qual ou quais membros da família contribuem para a realização das atividades domésticas, a grande maioria conta com a ajuda de uma mulher, sendo que muitas realizam a atividade sozinha. Nas respostas dadas pelas entrevistadas, apesar de algumas identificarem que o marido colabora com a organização das atividades domésticas, a maioria atribui este tipo de trabalho a uma mulher, seja ela mesma ou outra.

Além dos dados, a forma como estas mulheres se colocam frente ao trabalho doméstico reforça a feminização deste tipo de trabalho. O trabalho doméstico tem como agente central sempre uma mulher, a mãe, e os demais membros da família prestam uma ajuda, ou seja, produzem cotidianamente, especialmente os homens, uma relação de afastamento com a tarefa doméstica, como se dela não dependesse a própria reprodução.

Mesmo com a grande sobrecarga de atividades por causa da tripla jornada de trabalho, as mulheres que responderam ao questionário, têm na família o motivo pelo qual buscar a formação e o trabalho. Para a maioria delas, a família está em primeiro lugar e o cuidado com os entes familiares ainda é a coisa mais importante. Apesar de 43 delas apontarem que sentem cansaço por causa das atividades que precisam realizar em casa e do cuidado com os filhos ou desejarem somente trabalhar e estudar, a maioria respondeu que a jornada diária de trabalho doméstico não chega a interferir nos demais tempos, trabalho e escola. Está em jogo aqui uma instituição social bastante forte e perene: a família. Esta família como a conhecemos há séculos é a monogâmica, sua constituição está baseada na relação entre um homem e uma mulher e na fidelidade feminina.

> Depois de tantos milhares de anos sob a família monogâmica, tornou-se senso comum que os homens e mulheres apenas podem se amar sob a monogamia, que o amor entre os indivíduos deve passar por uma sagração social qualquer e que as crianças precisam de uma 'mãe' e de um 'pai' tais como os que hoje conhecemos. Parece-nos

> impossível que possam ser qualitativamente distintos os processos de individuação, a criação e educação das crianças, a preparação da alimentação, do lugar para se dormir etc. Amar se tornou sinônimo de constituir família – e constituir família se tornou sinônimo de monogamia (Lessa, 2012, p. 41, grifos do autor).

Colocar a família acima de tudo representa, para estas mulheres, que a elas só é possível a vida se vivida em família; são reflexos de uma construção histórica, fortemente determinada e marcada pelo patriarcado. Em acordo com nossa pesquisa, Picanço (2005), em seus estudos, expõe que a saída da mulher para exercer alguma atividade laboral fora do lar traz prejuízos para a família neste modelo histórico e que a sua presença é muito importante na manutenção da relação mãe-filho.

> As mulheres ainda estão fortemente vinculadas [...] à imagem de o ingresso feminino no mercado de trabalho constituir uma perda para a vida familiar [...] do ponto de vista cultural e econômico, as mudanças ocorridas que tornaram imperativo o trabalho das mulheres fora de casa não parecem suficientes para reduzir a adesão à representação de que o trabalho da mulher significa perda, ainda que muitos considerem intocável a esfera afetiva da relação mãe-filho (Picanço, 2005, p. 169).

Estas constatações demonstram que, para as trabalhadoras/estudantes, nossas participantes, a relação familiar está acima de qualquer realização pessoal. Para elas, o cuidado da casa e dos filhos tem importância na condução de suas vidas e a família ainda é a coisa mais importante. Os dados retratam como as mulheres organizam suas rotinas diárias entre as atividades profissionais, os estudos e os cuidados com a casa e os familiares. Demonstram, portanto, que as relações sociais de sexo, em todos os espaços da vida pública e privada, são marcadas por diferenças entre como mulheres e homens ocupam e desenvolvem suas atividades no dia a dia. Estas diferenças têm marcadores sociais de sexo, raça/etnia e classe.

Considerações finais

Vimos que a descrição dos dados coletados com as 95 trabalhadoras/estudantes do CEEBJA – Irati representam uma parte significativa da pesquisa e trazem para a nossa discussão elementos importantes sobre os percursos que as mulheres precisam fazer para desenvolverem suas carreiras profissionais, se aperfeiçoarem e darem conta das atividades domésticas e do cuidado com os familiares.

As relações sociais de sexo presentes no cotidiano feminino, trabalho e vida familiar estão fortemente enraizadas na organização social baseada no patriarcado e no capitalismo. A presença das mulheres no mundo do trabalho não garantiu sua emancipação ou a diminuição das tarefas destinadas, historicamente, a elas.

A literatura e os dados desta pesquisa mostram exatamente esta constatação. Traz à tona uma realidade dura e demonstram que a mulher paga um preço alto para exercer trabalho remunerado. As desigualdades entre elas e eles, postas dentro dos lares, corroboram com os estudos feitos por Saffioti (2015) sobre como a mulher é percebida na sociedade. A autora coloca que na construção social do ser mulher, as tarefas domésticas, assim como outras profissões ditas femininas traduz a posição de inferioridade em relação aos homens.

Relações estas estabelecidas em todos os espaços sociais que colocam a figura masculina como determinante nos percursos de vida das mulheres, em especial no relato das trabalhadoras/estudantes, que deram vida a este artigo. Nos relatos, a espinha dorsal é justamente o processo de dominação-exploração estabelecido nas relações sociais de sexo e que são ancoradas na organização social patriarcal e capitalista.

Em relação aos estudos, o que verificamos foi que a mulher deixa de frequentar a escola porque tem uma sobrecarga de atividades dentro de suas casas somadas a trabalhos remunerados precarizados, enquanto os homens conseguem maior sucesso e demonstram, desta forma, que as relações de sexo continuam desiguais com privilégios para eles.

Referências

Abreu, A. R. P., Hirata, H., & Lombardi, M. R. (2016). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo, SP: Boitempo.

Antunes, R. L. C. (2009). *Os sentidos do trabalho*: *ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2a ed.). São Paulo, SP: Boitempo.

Antunes, R. L. C. (2011). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (15a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Bruschini, C. (1990). *Mulher, casa e família*. São Paulo, SP: FCC; Vértice.

Carrasco, C. (2011). La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. *Revista de Economía Crítica, 11*, 205-225. Recuperado de http://revistaeconomiacritica.org/sites/default/files/revistas/n11/REC11_9_intervenciones_CristinaCarrasco.pdf

Cisne, M. (2014). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.

Costa, A. O., Sorj. B., Bruschini, C., & Hirata, H. (2008). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro, RJ: FVG.

Guiraldelli, R. (2016). *Desigualdades de gênero no mundo do trabalho: as trabalhadoras da confecção*. Jundiaí, SP: Paco.

Herrero, Y. (2015). Prefácio. In M. Fidalgo, A. A. Merino, & R. S. Lizcano. *Renda básica das iguais e feminismos: da centralidade do emprego à centralidade da vida* (p. 15-18). Málaga, ES: Baladre; Zambra.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2014). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Síntese de indicadores 2014*. Rio de Janeiro, RJ, IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). *Indicadores IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua*. Brasília, DF: IBGE.

Jellin, E. (1995). Família y género: notas para el debate. *Revista Estudos Feministas, 3*(2), 394-413. Recuperado de https://www.jstor.org/stable/i40160616

Lessa, S. (2012). A atualidade da abolição da família monogâmica. *Revista Crítica Marxista, 35*, 41-58. Recuperado de https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo279Artigo%202.pdf

Márquez, G. G. (2003). *Viver para contar*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Marx, K. (2011). *O capital: crítica da economia política* (Livro I, Vol. I.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2016). *Mulheres no trabalho. Tendências*. Genebra, CH: OIT.

Orozco, A. P. (2006a). *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados*. Madri, ES: Consejo Económico y Social.

Orozco, A. P. (2006b) Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico. *Revista de Economía Crítica, 5*, 7-37. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/46515658_Amenaza_tormenta_La_crisis_de_los_cuidados_y_la_reorganizacion_del_sistema_economico

Picanço, S. P. (2005). Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In C. Araújo, & C. Scalcon. *Gênero, família e trabalho no Brasil* (p. 149-172). Rio de Janeiro, RJ: FGV.

Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Souza-Lobo, E. (1991). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, SP: Brasiliense.